

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: uma perspectiva panorâmica

FINANCIAL EDUCATION IN BRAZIL: a panoramic perspective

Nilton José Neves Cordeiro¹

Manoel Guto Vasconcelos Costa²

Marcio Nascimento da Silva³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo expor o cenário atual da Educação Financeira no país, ressaltando a importância dessa temática no currículo escolar e na formação consciente dos estudantes quanto a atos de caráter financeiro. Para entender a Educação Financeira nos dias atuais, procurou-se analisar os documentos oficiais que trazem algo sobre esse tema, apresentando de forma cronológica desde o seu formal surgimento. Constatou-se que a Educação Financeira é um tema relativamente novo no contexto escolar do Brasil, mas que já tem se mostrado de extrema importância na construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar possíveis situações do dia a dia. Analisou-se também uma coleção de livros didáticos e as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o intuito de perceber o grau de importância dada a esse assunto. É notório que os livros didáticos precisam melhorar muito no sentido de fornecer maior suporte aos docentes, proporcionando uma melhor orientação financeira aos discentes. A Educação Financeira ainda tem muito a contribuir dentro do ambiente escolar e conseqüentemente na construção de gerações futuras mais responsáveis quanto às finanças.

Palavras-chave: *Educação Financeira; Livros Didáticos; ENEM.*

ABSTRACT

The present work aims to expose the current scenario of Financial Education in the country, highlighting the importance of this theme in the school curriculum and in the students' conscious formation regarding financial acts. In order to understand Financial Education in the present day, we tried to analyze the official documents that bring something about this theme, presenting, in a chronologically way, since its formal emergence. It was found that Financial Education is a relatively new topic in the Brazilian school context, but it has already proved to be extremely important in building a better prepared society to face possible everyday situations. A collection of textbooks and the tests of the National High School Examination (ENEM) were also analyzed in order to understand the degree of importance given to this subject. It is clear that textbooks need to be greatly improved in order to provide more support to teachers, as well as to provide better financial guidance to students. Financial Education still has much to contribute to the school environment and consequently to the construction of future and more responsible generations regarding the finances.

Keywords: *Financial Education; Didatic Books; ENEM.*

¹ Mestre em Estatística, professor do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: nilton76@gmail.com.

² Aluno do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: gutovasconcelos0@gmail.com

³ Mestre em Matemática, professor do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: marcio@matematicauva.org

Introdução

Atualmente no Brasil, muitas pessoas/famílias convivem continuamente com questões tais como: “Aquela loja está vendendo um fogão em seis vezes sem juros, mas se eu comprar à vista tenho um desconto de 10%!”; “Preciso pensar no futuro do meu filho, é melhor eu abrir uma poupança para ele ou há alguma outra maneira mais eficiente de acumular dinheiro?”; etc. Estes são pequenos exemplos de situações que impactam o orçamento de alguém ou de uma família.

Assuntos como investimento, aposentadoria, parcelamento, endividamento, oferta, pagamento, dentre outros, perpassam por um ente muito presente em nossas vidas: o dinheiro. Para saber lidar com todas essas situações é importante ter uma boa orientação quanto às finanças pessoal e familiar e sobre o Mercado.

Pensando em oferecer uma boa formação financeira para a população brasileira, foi implantada em 2010 - através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - a Educação Financeira (EF) dentro do contexto escolar, tendo como alguns de seus objetivos: explicar e simplificar o entendimento das atividades financeiras. Além disso, a longo prazo, construir nas pessoas, de forma sadia, uma consciência diferenciada quanto ao uso do dinheiro.

A EF é um tema relativamente novo no cenário educacional brasileiro e, apesar do pouco tempo de sua implantação formal, deve ser dada importância a sua presença na escola, construindo nos discentes atitudes e pensamentos críticos quanto ao uso consciente do dinheiro, colaborando para um cenário socioeconômico confiante no país.

O presente trabalho está estruturado em cinco tópicos, começando com conceitos e o surgimento da Educação Financeira no Brasil. No segundo tópico faz-se uma análise sobre os documentos oficiais brasileiros que versam sobre a EF; no terceiro executa-se uma análise sintética dos documentos oficiais, nos Parâmetros Curriculares e Base Nacional Comum Curricular e no quarto examinam-se livros didáticos do Ensino Médio (EM) que tratam do assunto. Por fim, no último tópico, é feita uma análise das provas do ENEM.

O que é Educação Financeira?

Na sociedade contemporânea cada pessoa deveria conhecer e entender os métodos e conceitos que regem o sistema financeiro, saber se portar diante de algumas situações, tomar decisões mais assertivas.

A EF nada mais é do que um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A atual Constituição brasileira vincula a educação ao pleno desenvolvimento da pessoa e a seu preparo para o exercício da cidadania. Desta forma a EF entra com essa participação cidadã, uma vez que esta viabiliza o entendimento da sociedade sobre as finanças pessoais e nacionais.

Até o ano de 2010 eram pouquíssimas as ações voltadas para EF, podendo considerar que o seu nascimento formal no Brasil se deu a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o Decreto 7397/2010, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010. Desde então, a EF começou a ganhar repercussão inclusive no âmbito escolar.

O site oficial da ENEF utiliza o seguinte conceito para EF:

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005).

Ainda, tratando de recursos pedagógicos com ênfase voltada para o seu ensino, pode-se dizer que

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se vulneráveis às armadilhas impostas pelo capitalismo (NEGRI, 2010, p.19).

Lucci e outros (2006), abordando o sentido da expressão “educação financeira”, afirmam que ela se refere aos conceitos e atitudes voltados para ações financeiras, indicando, portanto, o conjunto de atividades, como o controle diário das despesas, cartão de crédito, financiamentos e empréstimos.

Nesta perspectiva, a EF preocupa-se em explicar o funcionamento das atividades financeiras, tais como juros, financiamentos, empréstimos, poupanças, parcelamentos, créditos, entre outras, de forma que o conhecimento dessas atividades proporcione escolhas melhor balizadas por parte dos cidadãos.

Figura 1 – Financiamento de veículo.



Fonte: Disponível em < <http://www.financiamentoveiculos.org/financiamento-de-veiculos-mais-barato/> >. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

Neste sentido, uma situação como a exposta na Figura 1 traz conceitos e informações (entrada, parcela, financiamento, custo efetivo total, etc.) muito importantes e que uma efetiva Educação Financeira permitiria à pessoa uma leitura mais clara do contexto.

Percebe-se que a EF abre um vasto leque de conceitos e interpretações que giram em torno de um capital/dinheiro que precisa ser entendido e administrado, para assim aplicá-los adequadamente.

Hoje em dia, são vários os recursos utilizados para tornar acessível o conhecimento a respeito da EF. Sejam através de textos, propagandas na televisão, em revistas, na *internet*, nas escolas ou até mesmos em quadrinhos, como na Figura 2.

Figura 2 – Turma da Mônica: Poupar



Fonte: Disponível em <<http://meubolsofeliz.com.br/turma-da-monica-poupar/>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

Neste quadrinho há a preocupação de trabalhar a EF já muito cedo, fazendo com que a criança entenda a necessidade de poupar, controlando seus recursos financeiros, não apenas como possibilidade de economizar, mas principalmente como realização, a longo prazo, de objetivos mais elaborados. Ato simples, mas que pode provocar reflexão e mudança de atitude no que se refere a formação financeira desde a infância.

A EF vem ganhando destaque na parte diversificada do currículo escolar. No Ensino Fundamental já é adequado e necessário propiciar aos estudantes uma boa orientação financeira, tendo como objetivo contribuir para uma geração mais responsável e consciente de seus atos financeiros.

Documentos oficiais brasileiros que regem a Educação Financeira

Nesta seção resgata-se, resumida e cronologicamente, a criação de documentos oficiais, leis e decretos no Brasil que tratam de EF. Trazer estas normas se faz importante para verificar o quão jovem é esta questão em nosso país, bem como seus vieses e os caminhos.

Um embrião formal da EF no Brasil foi a criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, pelo Decreto 5.685 de 25/01/2006. Em seu artigo primeiro é dito

Art.1º Fica instituído o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - Coremec, no âmbito do Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular (BRASIL, 2006).

Este primeiro movimento rumo à EF mostra claramente um resultado quando da feita da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007 – Coremec, a qual dispõe sobre a constituição de um Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de EF. No Artigo 1º.

Art. 1º Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma "Estratégia Brasileira de Educação Financeira". (BRASIL, 2007)

A importância dessa Deliberação nº 3 se revela de grande valia quando da análise de outras partes do documento, a saber:

Art. 5º Caberá ao Grupo de Trabalho deliberar sobre a estrutura da estratégia e sugerir as áreas, públicos e temas a serem priorizados,[...]

§1º A proposta deverá ser elaborada em forma de minuta do documento final a ser aprovado pelo Coremec, denominado Estratégia Nacional de Educação de Financeira, [...] tratando ao menos dos seguintes aspectos:

a) público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), por atividade (pequenos e médios

empreendedores, trabalhadores, professores, profissionais de mercado, gerentes de bancos, magistrados, membros do Ministério Público etc.) ou por região;

b) objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, etc.;

c) áreas a serem priorizadas: desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, micro-crédito, financiamento à habitação, [...] e preparação para a aposentadoria, seguros etc.;[...] (BRASIL, 2007).

Não é difícil perceber, através dos três primeiros itens do § 1º, a liberdade para educar financeiramente: poder-se-ia propor uma ação para crianças, nível fundamental, com o propósito de priorizar o estímulo à poupança.

Assim, a criação de estratégias formais, bem direcionadas, com objetivos claros e específicos parece ser um grande salto rumo à EF.

Avançando ainda mais no sentido de buscar uma EF ampla, o Coremec elabora mais um documento para seu fomento: a Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008 – Coremec, a qual estabelece diretrizes e objetivos para a ENEF.

Essa Deliberação trás, em seu artigo 2º, os objetivos da ENEF:

Art.2º Ficam definidos como objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira:

I - promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;

II - ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e

III - contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização (BRASIL, 2008).

Enquanto o artigo 3º define as diretrizes da ENEF:

I - programa de Estado, de caráter permanente;

II - ações de interesse público;

III - âmbito nacional; [...] (BRASIL, 2008).

Percebe-se a clareza em relação aos objetivos e diretrizes balizadores da ENEF a serem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho. Sendo mais amplo, direcionam-se os trabalhos deste grupo para obter resultados satisfatórios quanto ao entendimento de conceitos e ambientes financeiros pela população.

Com a criação desta deliberação, a EF torna-se algo mais palpável, com objetivos bem definidos e as estratégias determinantes para seu prosseguimento. Além disso, fica mais claro o caminho a ser trilhado na tentativa de educar financeiramente as pessoas.

Depois, com a criação da ENEF, que tem como finalidade promover a educação financeira e previdenciária e, assim, contribuir para o fortalecimento da cidadania, foram criados também o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP). Todos criados em 2010 e ligados à permanência e fortalecimento da Educação Financeira.

Assim, a Educação Financeira nas escolas brasileiras é incentivada pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, o qual define em seu artigo 1º:

Art.1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

O Decreto Federal nº 7.397, que cria o ENEF, o CONEF, e o GAP, em seu artigo segundo, apresenta preocupação em estabelecer diretrizes que possam reger a EF em âmbito nacional, a saber:

Art. 2º - A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:
 I - atuação permanente e em âmbito nacional;
 II - gratuidade das ações de educação financeira;
 III - prevalência do interesse público;
 IV - atuação por meio de informação, formação e orientação; [...]
 VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; [...] (BRASIL, 2010).

Está explícito neste artigo que a ENEF será estabelecida em todo o território nacional de forma gratuita, procurando formar parcerias tanto com órgão e entidades públicas quanto com instituições privadas, tendo como finalidade o fortalecimento de suas ações. Com tais parcerias fica mais fácil abranger grande parte da população, independente da classe social, raça ou crença, proporcionando uma melhor orientação financeira para as famílias brasileiras.

Uma análise breve dos documentos oficiais e dos Parâmetros Curriculares e da Base Nacional Comum Curricular

Embora a Educação Financeira esteja dentro do currículo escolar no Brasil, a mesma não está contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tampouco nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) deixam espaços para a inserção de novos temas a serem trabalhados no currículo escolar, os quais são denominados Temas Transversais (TT).

Segundo o documento de apresentação dos TT, eles são “questões sociais consideradas relevantes”, “problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL, 1997, p.64).

O Grupo de Trabalho estabelecido pela ENEF, antes de surgir qualquer documento oficial a nível escolar que defina algo sobre a EF, criou um material didático com a finalidade de proporcionar suporte e conteúdos específicos voltados para essa temática.

Com a finalização dos estudos sobre a “Orientação para a EF nas Escolas” foram produzidos os materiais didáticos voltados para o Ensino Médio. No período de 2010 a 2011 fora implementado o projeto piloto em 891 escolas públicas de Ensino Médio, em seis Unidades da Federação.

Este material foi o resultado da atuação coordenada de diversas instituições do Estado e da Sociedade Civil com o objetivo de promover a Educação Financeira da população brasileira. Sua origem remonta a iniciativa do Coremec, de constituir o Grupo de Trabalho, sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para propor uma estratégia nacional de EF. (CONEF, 2013)

Tal material tem objetivos de promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

O Ensino Médio foi escolhido como primeiro nível de ensino a receber os materiais didáticos elaborados por educadores, com a colaboração de representantes do Coremec e dos diferentes sistemas de ensino, e aprovado no campo do GAP.

O programa Educação Financeira nas Escolas é uma ação relevante e estratégica para toda a sociedade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente ao inserir a EF na formação dos estudantes. Os conhecimentos adquiridos com este material podem favorecer a transmissão do aprendizado pelos jovens a seus familiares e podem ajudá-los a conquistar sonhos individuais e coletivos e protagonizar suas trajetórias de vida (CONEF, 2013).

É fato que a EF nas escolas brasileiras é um tema novo e que ainda tem muito a ser feito, entretanto, os primeiros passos já foram dados e este pode ser o caminho a ser seguido para conscientizar a sociedade da importância desse tema.

Quanto a Educação Financeira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Ensino Fundamental, promulgada em dezembro de 2017, demonstra grande preocupação em inseri-la no currículo escolar, percebendo-se isso da análise de alguns trechos presentes neste documento, tais como:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação financeira [...] (BRASIL, 2017, p. 19-20).

Contudo, espera-se que a questão da EF venha ainda com mais robustez no que se refere ao Ensino Médio, pois a Base Nacional Comum Curricular, 2ª versão, preliminar, de abril de 2016, que trata sobre este nível de ensino, traz os chamados Temas Especiais:

Os Temas Especiais permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. Dessa forma sua abordagem nas propostas curriculares objetiva superar a lógica da mera transversalidade, [...] Esses temas derivam de um ordenamento legal que implica em alterações nas orientações curriculares emanadas da LDB[...] Dentre essas modificações, destacam-se:[...] o Decreto no 7.397/2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. [...] Considerando critérios de relevância e pertinência sociais, bem como os marcos legais vigentes, a Base Nacional Comum Curricular trata, no âmbito dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares, dos seguintes Temas Especiais:

■ Economia, educação financeira e sustentabilidade; [...] (BRASIL, 2016, p. 47-48).

Por fim, ainda em Brasil (2016), é afirmado que a inclusão do Tema Especial que contém a temática EF no âmbito escolar pode contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar iniciativas que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas, com a escola assumindo a responsabilidade de formar cidadãos conscientes e comprometidos.

Livros didáticos analisados

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados, onde o Ministério da Educação (MEC) adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento: educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental ou ensino médio.

Os livros didáticos distribuídos nas escolas exercem grande influência nas práticas pedagógicas dos docentes em sala de aula e é de grande valia conhecer o quê e como são apresentados os conteúdos de Matemática e Educação Financeiras (MEF).

Foram analisados livros aprovados pelo PNLD, com validade de 2015 a 2017, fornecidos pelo MEC, utilizados no ensino médio em uma escola da Rede Estadual do Ceará. Os livros que formam a coleção adotada por esta instituição são: Leonardo (2013a), Leonardo (2013b) e Leonardo (2013c), adotados na primeira, segunda e terceira séries do ensino médio, denominados aqui por L1, L2 e L3, respectivamente. Os livros foram analisados e os resultados serão descritos a seguir.

Examinou-se tanto quantitativamente as obras em questão – verificando-se o número de páginas e exercícios que tratam sobre os conteúdos de MEF – quanto qualitativamente – observando-se a abordagem e assuntos trazidos nos livros didáticos

O número total de páginas que trata sobre EF em um livro pode ser considerado como indicativo do grau de importância dada pelos autores quanto ao conteúdo em discussão. Nessa perspectiva, foi contabilizado o número de páginas que trazem algo de MEF e feito um comparativo quanto ao total de páginas da obra, mostrado Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de páginas e exercícios de MEF nos livros analisados

Livro		L1	L2	L3	L1+L2+L3
Número de páginas de MEF	Absoluto	-	-	18	18
	%	-	-	8,07	2,15
Total de páginas no livro		295	319	223	837
Número de exercícios de MEF	Absoluto	-	-	70	70
	%	-	-	11,05	3,07
Total de exercícios no livro			739	910	633

Fonte: Produção nossa.

Na coleção analisada somente um de seus volumes, o L3, traz o conteúdo Matemática e Educação Financeira, o qual está organizado num exclusivo capítulo, sendo perceptível o número pequeno de páginas que tratam do referido assunto.

Além do número de páginas dedicadas a MEF, foi contabilizada também a quantidade de exercícios propostos pelos livros da coleção examinada (Tabela 1). Fazer o comparativo da quantidade de atividades propostas quanto ao assunto em pauta em relação ao número total de exercícios propostos, mostra-se de grande valia para se perceber o grau de destaque dado ao conteúdo pela coleção.

Apesar da timidez na quantidade de páginas, o livro apresenta vários exemplos, exercícios resolvidos, algumas ilustrações de possíveis situações do dia a dia das pessoas e exercícios voltados para vestibulares. Na Figura 3, é mostrado um dos exercícios propostos simulando uma possível situação real.

Figura 3 – Exemplo de exercício proposto.

21- Carlos adquiriu uma moto nas seguintes condições: uma entrada de R\$ 2.000,00 mais uma única parcela de R\$ 4.500,00, paga 2 meses após a compra. Sabendo que o preço à vista da moto é R\$ 6.000,00, responda as questões.



a) Qual a taxa mensal de juros simples do financiamento?
 b) Após quantos meses de compra deveria vencer a parcela de R\$ 4.500,00 para que a taxa de juros simples do financiamento fosse de 2,5% ao mês?

Fonte: Leonardo, 2013c, p. 14.

Aprofundando a avaliação da coleção, constatou-se que o L1 traz assuntos como “Função Afim”, “Função Exponencial” e “Sequências” que tradicionalmente são tópicos afeitos a aspectos de MEF que abordam questões de juros simples e compostos. Contudo, a coleção só formaliza a abordagem de MEF apenas em L3, de forma que durante toda a segunda série (livro L2) não há qualquer menção à temática, havendo um lapso considerável entre elementos matemáticos úteis à MEF vistos na primeira série e a sua abordagem propriamente dita na terceira série.

Em L3, o capítulo destinado a MEF está subdividido em “Taxa percentual”, “Juros simples” e “Juros composto”, perpassando por temáticas como aumentos e descontos sucessivos, lucro, prejuízo, atualização financeira, dentre outros.

Os assuntos tratados, tanto na parte teórica do livro quanto nos exercícios, trazem conteúdos como investimento, pagamento, parcelamento, aplicações, ações, rendimento, que são assuntos rotineiros do cotidiano, porém, na maior parte das vezes, são abordados de maneira pouco prática e não inclusiva, preocupando-se mais com a aplicação direta de fórmulas, prejudicando o entendimento dos entes financeiros em detrimento do tecnicismo.

Análise das provas do ENEM

Nesta seção é feita uma breve análise das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde a primeira edição, procurando evidenciar o grau de importância dada a MEF neste exame.

O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final da Educação Básica, buscando a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

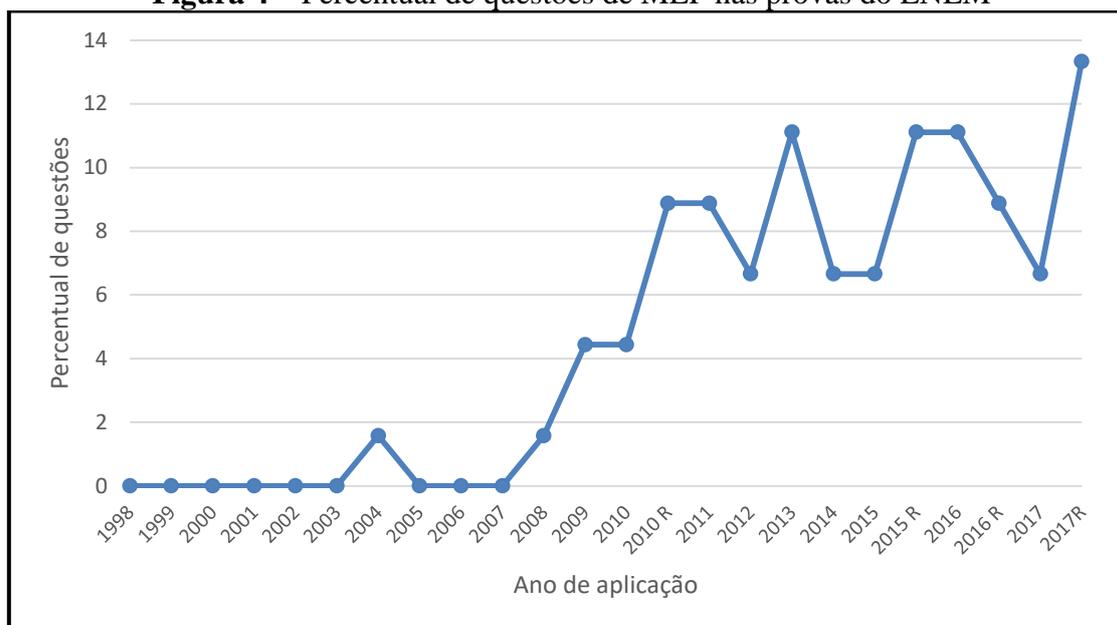
A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Foram realizadas mudanças no Exame que contribuíram para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Hoje o desempenho obtido no ENEM é utilizado por instituições privadas, bem como outras instituições públicas tais como das esferas estaduais.

De acordo com a atual Matriz de Referência ENEM (BRASIL, 2012), diversas competências associadas a área de Matemática e suas Tecnologias apontam para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano, com atenção especial para a 5ª competência, que versa, tacitamente, sobre problemas que envolvam variáveis socioeconômicas, o que vai ao encontro da temática EF, dada a sua aplicabilidade nos campos sociais e econômico.

Assim, para se ter um panorama claro de como a temática da Matemática e Educação Financeiras se apresentou durante toda a existência do ENEM, fora feita uma investigação minuciosa em todas as questões de todos os exames aplicados para verificação da existência de assuntos de MEF. Um resultado pode ser visto na Figura 4.

Da leitura do gráfico (Figura 4) é perceptível que até o ano de 2007, com exceção da aplicação em 2004, não foi abordada qualquer questão voltada a MEF. Somente a partir de 2008 as provas do ENEM começaram a abordar esse conteúdo, e com maior intensidade.

Ainda, de uma maneira geral, de 2008 até 2017 vê-se uma tendência de crescimento ao longo do tempo, o que leva a reflexão sobre como será a presença de MEF no ENEM quando da formalização da BNCC para o Ensino Médio, considerando esta Base não apenas como um documento balizador, como eram os PCN, mas sim normativo.

Figura 4 – Percentual de questões de MEF nas provas do ENEM

Fonte: Produção nossa.

* R é de reaplicação da prova.

Fazendo um comparativo entre o que os livros didáticos analisados trazem e o que o ENEM cobra, pode-se ver certa desproporção quanto ao número de páginas e exercícios trazidos pelos livros em relação à quantidade de itens na prova do ENEM que tratam sobre a MEF. Nos livros analisados apenas 18 páginas e 70 exercícios (2,15% e 3,07% dos respectivos totais) são dedicados a estes conteúdos, enquanto que no ENEM, desde o ano de 2008 o número de questões que abordam estes mesmos assuntos aumentou consideravelmente, chegando a ter quase 14% da prova de Matemática envolvendo o tema, na reaplicação do ano de 2017.

Em relação a como e o quê as questões do ENEM abordam de MEF, percebe-se que o exame valoriza os conhecimentos para o exercício pleno da cidadania, visando extrair conhecimentos para tomada decisão e realização de operações financeiras simples, não enaltecendo o algebrismo.

Temas e conceitos como orçamento familiar, boleto de cobrança, cheque especial, cartão de crédito, controle financeiro, Banco Central do Brasil, cédula, moeda, salário mínimo, poupança, imposto de renda, Receita Federal, saldo devedor, dentre outros, perpassam pela vida de todos incessantemente, sendo trazidos pelas questões do ENEM e sequer foram tocados pelos livros analisados.

Conclusão

A Educação Financeira é indispensável na vida das pessoas. Diariamente elas são confrontadas com situações que de alguma maneira exigem conhecimentos financeiros. Seja o

simples ato de fazer compras no mercado, decidir a melhor opção para comprar um automóvel, ou até mesmo realizar uma aplicação em algum tipo de investimento.

As atividades financeiras realizadas hoje deveriam ser precedidas de uma boa Educação Financeira por parte do cidadão, de forma que este não simplesmente conheça apenas o algebrismo de cada operação, mas algo mais amplo como o manuseio e manutenção corretos do dinheiro, ter consciência da importância de guardá-lo, gozar de uma caderneta de poupança, dispor do hábito de fazer orçamento, entender minimamente de investimento, dentre outras coisas.

O tema EF é relativamente novo no Brasil. Surgiu com a preocupação de fornecer suporte e informação à população, preparando-a para convivência em uma sociedade onde a manipulação consciente do dinheiro é importante. Mesmo que de maneira tímida, a EF já vinha dando boas contribuições no currículo escolar nacional. Mas, somente no ano de 2010, com a sua formalização, foi que este tema ganhou mais corpo na formação dos estudantes brasileiros.

A necessidade de se ter uma economia mais estável, de manter um bom orçamento familiar, de diminuir os endividamentos e promover uma cultura de poupança, foi que tornou clara a intervenção de algum plano de ação que contribuísse para esses objetivos. E isso só foi possível com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o decreto 7397/2010, de 22 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010.

A partir da criação da ENEF a EF ganhou repercussão no âmbito escolar, mas ainda se percebe a necessidade de melhorias em vários aspectos, entre eles, nos livros didáticos que estão sendo utilizados nas escolas. Por ser um conteúdo indispensável, a Matemática e Educação Financeiras (MEF) precisa de maior abordagem, dando a esses conhecimentos a sua relevância na formação das crianças e jovens.

Dos livros didáticos, nota-se que há coleções que trazem os conteúdos de MEF em apenas uma série do Ensino Médio, ficando uma lacuna quanto as outras. Poder-se-ia pensar, por exemplo, em um espalhamento desses conteúdos durante todas as fases de ensino, indo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Nos Ensinos Infantil e Fundamental poderiam ser trabalhadas algumas noções básicas, como o ato de poupar dinheiro e economizar nas compras, isso de maneira lúdica e suave. Já no Ensino Médio e Superior, e em todos os anos, seriam trabalhados conhecimentos e problemas mais bem elaborados e que envolvessem situações do mercado atual, com significado financeiro e com uma tônica mais forte da Matemática Financeira.

Hoje, a EF se mostra de grande importância no currículo escolar. Um indicativo disso é o aumento da abordagem desse tema no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que a partir do ano de 2008 vem dando muita relevância aos conteúdos de MEF. E esse mesmo interesse deve ser dado também pelas escolas e professores ao montarem seus planos de cursos e ao escolherem os livros a serem utilizados.

Outro indicativo da valorização da MEF é a sua presença explícita tanto na BNCC para o Ensino Fundamental, já aprovada, quanto na BNCC para o Ensino Médio, ainda por ser sancionada, com o caráter além de apenas temas transversais como outrora nos PCN.

Este trabalho procurou mostrar que a escola deve trazer um diferencial no sistema educacional a nível médio que promova uma tomada de consciência dos alunos com relação à EF e sua importância.

Espera-se que as informações obtidas a partir da elaboração deste trabalho sirvam de estudo e embasamento para outros trabalhos que venham falar deste assunto.

Recebido em: 04/ 08/ 2018

Aprovado em: 29/ 05/ 2018

Referências

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental – **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

_____. Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. **Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização-Coremec. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jan. 2006. Seção 1, p. 4.

_____. Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o propósito de propor estratégia nacional de educação financeira. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Secretaria de Previdência Complementar, Brasília, DF, 06 jul. 2007. Seção 1, p. 60.

_____. Deliberação nº 5, de 26 de junho de 2008. Estabelece diretrizes e objetivos para a Estratégia Nacional de Educação Financeira e prorroga o prazo para o Grupo de Trabalho, constituído pela Deliberação Coremec nº. 3, de 31 de maio de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério da Fazenda, Brasília, DF, 08 jul. 2008. Seção 1, p. 32.

_____. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Matriz de Referência ENEM**. Brasília: 2012.

Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf> Acesso em: 01. mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Curricular Comum – Proposta preliminar: segunda versão revista. Brasília: 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: 2017.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - CONEF. **Educação Financeira nas Escolas, Ensino Médio**. 1. ed. Brasília, 2013.

LEONARDO, F. M. **Conexões com a Matemática 1**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013a.

_____. **Conexões com a Matemática 2**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013b.

_____. **Conexões com a Matemática 3**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013c.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **Seminário em Administração**, 9, 2006, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em: 10. dez. 2017.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora**. 73 f. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana, 2010.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE, 2005**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 07. fev. 2018.